

TEMA EM DEBATE: O que vem por aí *economia - Brasil*

Caos ou prosperidade, nunca tão próximos!

PAULO RABELLO DE CASTRO

"Nunca tantos dependeram de tão poucos." O célebre adágio militar se aplica, em parte, ao Brasil de hoje. De fato, os 160 milhões de brasileiros que confiaram e ainda se apegam à promessa de prosperidade do real dependem do conjunto de decisões que, em nome deles, uma elite política e econômica estará tomando, nos próximos dias, com o objetivo de reverter a espiral de expectativas negativas instalada contra o futuro da economia brasileira.

Com um corte de "s", o mesmo adágio pode ser parafraseado num sentido talvez ainda mais adequado para espelhar o desafio e sua circunstância: "Nunca tantos dependeram de tão pouco." Como assim? É que a diferença entre o caos e a prosperidade reduziu-se a uma distância desprezível nas projeções sobre o futuro do país. Ainda que alguém não goste da notícia, 1999 não será apenas divisor de século e de milênio, nem só dos 500 anos de História brasileira, mas também começa a esboçar-se como um imenso vestibular da maioria política deste país, assim como uma espécie de rito de passagem da sua condição de Nação periférica para a de Estado inserido na globalização.

Paradoxalmente, esta situação-limite, este teste de equilíbrio sistêmico, autopoietico, nasce de uma adversidade crônica, tornada explosiva pelo próprio sucesso do Real: a dívida interna é os juros à ela atrelados. No momento, a confiança no Real é comprada a preço de mau pagador — um patamar de juro de que torna insustentável a pagabilidade da dívida na projeção do ano de 1999. Tal cenário, bem entendido, só prevalecerá se a elite optar pelo caos, nada fazendo para redefinir o modo e a natureza do endividamento público brasileiro.

Os banqueiros sabem: não se brinca com juros compostos. O remédio que salva é o mesmo que mata, na dosagem excessiva. Já estamos nela. Basta projetar num exercício conservador o patamar da dívida do setor público em 1999 e, sobre ele, aplicar juros que ainda reflitam grande desconfiança sobre a política econômica do Real, para chegarmos a projeções dinamicamente insustentáveis: a conta de juros sobre a dívida não ficará aquém dos 9% a 10% do PIB — apontando para um déficit fiscal impublicável, antes mesmo de tentarmos a ele somar a conta dos outros desequilíbrios financeiros correntes do setor público.

Que fazer? Na hora do horror, aparecem feiticeiros de todas as escolas. Mas poderíamos classificar os fabricantes de poções "mágicas" em três campos reconhecíveis: os "demoradores", os "demolidores" e os "demoratórios". Os meios de comunicação estão repletos dessas ofertas. Os "demoradores" querem esperar um pouco mais, para ver se "pinta alguma saída vinda de fora". Demoram a resolver; a demora torna-se um método de trabalho apoiado nas eternas dúvidas dos gurus econômicos internacionais ("Não sei qual a saída, mas sei que ninguém sabe").

Os "demolidores" são ainda mais perigosos. Pregam a demolição do Real via desvalorização cambial. Sempre fui insuspeito defensor da liberdade do câmbio, até com um viés pró-comércio exportador. Mas a flutuação cambial hoje — como sugeri nesta coluna, há dias, por notável economista que, quando no Governo, fez o oposto — constitui uma demolição, sim, do bom senso prático. O passivo cambial do setor privado passa de US\$ 200 bi-

lhões. Uma desvalorização terá impacto devastador sobre este passivo. Arruinará, por alguns anos, a chance de alavancagem do setor privado na direção dos investimentos produtivos (demolição interna). Destruirá o relacionamento econômico penosamente elaborado no Mercosul com nossos vizinhos (demolição regional). E impedirá que o Brasil ressurgja (demolição da nossa inserção externa) como um dos poucos países capazes de dar resposta ao desafio desta crise pela via dos acréscimos de produtividade (leia-se: de salários) e da redução drástica do "custo Brasil". A desvalorização não é resposta. Seria, no momento, a demolição do sonho político da estabilidade e a ruptura do pacto social informal costurado em torno do Real.

Enfim, surgem os "demoratórios", grupo híbrido que recebe contribuição dos que não sabem o que fazer com os que pregam a moratória pelos mesmos motivos. Esta linha é, de fato, o fim da picada, o recurso final ao retrocesso, no momento exato em que devemos dar o passo decisivo da inserção, não da auto-exclusão.

Mas, então, qual a alternativa? É empenhar coragem e talento, além de perseverança máxima, na construção de um sólido "regime fiscal" para o Brasil. Refiro-me a um novo regime fiscal, e não a um novo ajuste, aperto, controle ou reforma do regime velho, porque é preciso ousar a transformação institucional completa, de modo tão radical quanto foi possível conseguir a mudança do regime inflacionário anterior para o regime monetário do Real. Sem a mudança radical do regime fiscal brasileiro — já — não há a mínima chance de sustentação do regime monetário do Real.

Compreensivelmente, o mercado fala só daquilo que enxerga — que é o severo ajuste das contas públicas em 1999 — mas o desafio, para além da visão de cortes, envolve também os aspectos previdenciário, tributário etc. (as "reformas"). Iria mais além. O desafio é institucional, remetendo às próprias estruturas de decisão sobre o gasto público no país; é, portanto, jurídico e organizacional, em última instância, por referir-se à própria sobrevivência do conceito de Estado brasileiro nos anos vindouros. Em senso contrário, lembremos da Rússia... Diz respeito, por exemplo, a uma lei de dívida pública, institucionalizadora do que pode ou não um administrador público comprometer dos orçamentos estatais, ou, ainda, do redesenho do mercado de capitais brasileiro, onde o poder federal não possa mais açambarcar, descaradamente, a parte maior da poupança financeira dos cidadãos.

Deve, assim, a elite detentora do poder nacional ser capaz de apresentar ao país uma proposta de mudança do regime fiscal, calçada por ações articuladas em três estágios: 1. de respostas imediatas; 2. de proposição de reformas; e 3. de avanços institucionais.

O primeiro estágio, de resposta imediata ao déficit fiscal, é o que o mercado mais espera do Governo e que determinará a extensão do choque positivo de reversão de expectativas, tanto aqui quanto na opinião dos atores externos. Deve ser conduzido com firmeza inabalável, e com intensidade certa.

Para acelerar a recuperação da confiança, proponho um acordo entre o Governo e a sociedade, que gostaria de chamar de "pacto 3 por 1". Todos sabemos que um esforço extraordinário de arrecadação de impostos é inevitável. O frustrante tem sido a baixa contribuição do setor público em re-

lação aos cortes de despesas. Mais uma vez, as contas do ajuste apresentadas na mídia parecem acanhadas, perigosamente insuficientes. Pelo pacto, o Governo proporia o avanço da carga de impostos em mais 1% do PIB, contra 3% do PIB em cortes de dispêndios. Para cada real em aumento de impostos, uma comissão não-governamental, especialmente apontada pelo Congresso para assessorá-lo, verificaria a execução efetiva de cortes de três reais em despesas, a partir de 1/11/98, conforme metas previamente conferidas por este grupo de especialistas independentes.

Não há dúvida de que um "pacto 3 por 1" traria, desde logo, a percepção coletiva de retomada da credibilidade que hoje falta aos olhos do público e dos investidores. Com a confiança gradualmente recuperada se tornaria possível reduzir substancialmente o enorme *spread* de risco embutido nos juros atualmente praticados.

A confiança será testada pelo mercado. Nas primeiras semanas do pacto será decisiva a disposição manifesta por todos em aderir ao esforço comum, mediante ações concretas, não apenas com intenções. Tampouco este pacto prescinde das esferas estadual e municipal de governo, e das em-

Cavalcante



presas estatais. Cada uma destas pode contribuir com, pelo menos, 0,5% de superávit primário em suas contas em 1999.

A economia de recursos públicos, na soma daquele 1% do PIB proposto como esforço extraordinário dos contribuintes, mais 3% de cortes no plano federal e previdenciário, mais 1% em estados, municípios e estatais, somaria 5%, um número inédito em termos de virada de situação, ainda que inferior à conta projetada de juros para 1999. A partir da projeção inicial de um déficit de até 10% do PIB, o efeito confiança sobre juros traria esta conta para 8,5% a 9%, deixando, portanto, apenas 3,5% a 4% para serem cobertos. Destes, de 2% a 2,5% o serão por emissões monetárias, cruciais no momento mais duro do ajuste da economia no primeiro semestre de 99. Assim, o financiamento via dívida nova, para não contar com receitas de privatizações, ficaria circunscrito a um número entre 1% e 2% do PIB. A perspectiva de alcance desta meta traria um efeito surpreendente sobre a credibilidade do programa como um todo.

Paralelamente, seriam lançados os dois estágios subsequentes ao novo regime fiscal: o das reformas e o dos avanços institucionais; aquele para corrigir e aperfeiçoar o regime previdenciário (ao introduzir a capitalização de ponta a ponta) e o tributário (para simplificar, reduzir alíquotas, isentar a cesta básica e harmonizar nosso regime com o do Mercosul). O estágio final, institucionalizante, redefiniria a construção e fiscalização do Orçamento público, as leis complementares do sistema financeiro e da dívida pública, a revisão das leis dos mercados de capitais e das S.A. para proteção dos minoritários e, o mais crucial, a autonomia do Banco Central.

Muito para fazer? Pelas possibilidades de progresso e inserção do nosso país na modernidade, pela oportunidade única de vencer na adversidade e, assim, reverter de mal para bem as expectativas dos mais céticos, pelo choque de sucesso, pelo avanço da auto-estima nacional e da autopoiese (a auto-organização) da sociedade brasileira, diria que isto é muito pouco pela prosperidade possível.

Demasiado será o preço do empobrecimento derivado das soluções simplistas, da desestruturação produtiva e financeira causáveis por uma desvalorização abrupta da moeda, pelo estilhaçamento moral e social, além de econômico, decorrente de uma moratória, negociada ou não, ou, ainda, do cálculo equivocado dos que imaginam sair dessa apenas com recursos internacionais trazidos pela fada madrinha dos desgraçados, o FMI.

Brasil do caos ou Brasil da prosperidade? Nunca estiveram tão próximos. Pode-se vê-los tocar um ao outro, com os dedos. É o drama humano, da coragem sob fogo, ou da chance para sempre perdida. Penso que o coletivo deste país já optou. Penso que os resultados eleitorais podem, mesmo na sua variedade, ser assim interpretados. Mas este pouco do qual depende a prosperidade prevalecendo sobre os caos está nas mãos, mais uma vez, de uma elite, que, nestes últimos 500 anos, tem preferido a mediocridade conciliatória ao choque dos opostos, salvo, quem sabe, nos poucos momentos, como este agora, em que a identidade nacional foi testada ao limite da sua própria sobrevivência.

PAULO RABELLO DE CASTRO é vice-presidente do Instituto Atlântico e membro da Academia Internacional de Direito e Economia.